

IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE,
BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I**

FRANCIELLE BENINI AGNE TYBUSCH

SÉRGIO HENRIQUES ZANDONA FREITAS

VALTER MOURA DO CARMO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Francielle Benini Agne Tybusch; Sérgio Henriques Zandona Freitas; Valter Moura do Carmo – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-451-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constitucionalismo, desenvolvimento, sustentabilidade e smart cities.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Direito ambiental 3. sustentabilidade. IV Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

Apresentação

É com muita satisfação que apresentamos o Grupo de Trabalho (GT) de Pôster denominado “DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS E DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL” do IV Encontro Virtual do CONPEDI (IVEVC), com a temática “Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities”, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), Sociedade Científica do Direito no Brasil, e apoio institucional de importantes centros de ensino dos Estados Unidos (Widener University Delaware Law School), Espanha (Universidad de Alicante) e Itália (Universidade degli Studi di Perugia), em conexão com a Escola de Ciências Jurídicas e Sociais e o Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da UNIVALI/SC, assim como do Mestrado Profissional em Direito da UFSC, em evento realizado entre os dias 09 e 13 de novembro de 2021, de forma telepresencial, com a utilização da Plataforma ConferênciaWeb RNP, tendo em vista o momento mundial de pandemia e isolamento social imposto pelo COVID19.

Trata-se de publicação que reúne pôsteres de temáticas diversas atinentes ao Direito material Ambiental e o Biodireito, com as implicações da pandemia e do COVID19, apresentados e discutidos pelos autores, orientadores e coordenadores no âmbito do Grupo de Trabalho (GT). Compõe-se de textos doutrinários, advindos de projetos de pesquisa e estudos distintos de vários programas de pós-graduação e graduação, que colocam em evidência para debate da comunidade científica assuntos jurídicos relevantes.

Assim, a coletânea reúne uma gama de trabalhos que apontam questões jurídicas relevantes na sociedade contemporânea, todos com olhos e vinculados ao Estado Democrático de Direito.

O primeiro pôster teve como título a “A LACUNA LEGISLATIVA QUANTO AOS EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS EXCEDENTÁRIOS ANTE À DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL”, do autor Mário Eduardo Castelo Branco Xavier Neto.

O segundo pôster “A SINDEMIA VERSUS O DIREITO DE EXCLUSIVIDADE DA EXPLORAÇÃO DE PATENTES FARMACÊUTICAS: A NECESSIDADE DE UMA RECONFIGURAÇÃO VOLTADA AO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL N. 03 DA ONU” da lavra do autor Leonardo

Vargas, sob a orientação da Professora Aleteia Hummes Thaines.

“O DIREITO À PROTEÇÃO DO PANTANAL E O CONTROLE DAS QUEIMADAS”, terceiro da coletânea, é o trabalho dos autores Laura Ramalho Brodbeck e Rodrigo de Pinho Maia Filho.

O quarto texto, com o verbete “O FUNDO SOBERANO COMO GARANTIDOR DA EQUIDADE INTERGERACIONAL PARA MUNICÍPIOS MINERADORES”, de autoria de Guilherme Costa Soares, com a orientação da Professora Ana Elizabeth Neirão Reymão.

O quinto texto, da lavra das autoras Lorena Mayana Ferreira da Silva e Rhayssa Teles Fontana, é intitulado “O REGIME ANTIECOLOGISTA DE BOLSONARO: UM PREFÁCIO DO ECOCÍDIO APOCALÍPTICO VIVIDO NO BRASIL”.

No sexto pôster intitulado “UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA ADI 3.510 A PARTIR DO PARADIGMA ONTOPSICOLÓGICO”, de autoria de Valentina Neis Caraffa e Ana Paula Bolzan Monteiro, e orientação do Professor Mateus Renard Machado.

O sétimo, da autora Maíra Monteiro dos Santos, e orientação do Professor Fabiano Pires Castagna, aprovado com o verbete “BREVE ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A ESTRUTURA DE MERCADO DO MODELO DE AGRONEGÓCIO ATUANTE NO BRASIL”.

O oitavo e último pôster do CONPEDI tem autoria com Lorena Cristina Moreira e Soraia Nunes Mesquita, e título “O DIREITO CONSTITUCIONAL À IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS: DO PATRIARCADO À AGROECOLOGIA”.

Em linhas gerais, os textos reunidos traduzem discursos interdisciplinares maduros e profícuos. Percebe-se uma preocupação salutar dos autores em combinar o exame dos principais contornos teóricos dos institutos, aliando a visão atual de efetividade na busca por direitos e garantias fundamentais na esfera da sustentabilidade. A publicação apresentada ao público possibilita acurada reflexão sobre tópicos avançados e desafiadores do Direito Ambiental, Sustentabilidade, Biodireito e Direitos dos Animais e Direito Agrário e Agroambiental, todos na contemporaneidade vivenciada no país. Os textos são ainda enriquecidos com investigações legais e doutrinárias da experiência jurídica estrangeira a possibilitar um intercâmbio essencial à busca de soluções para as imperfeições do sistema brasileiro e internacional.

Sem dúvida, esta publicação fornece instrumentos para que pesquisadores e aplicadores do Direito compreendam as múltiplas dimensões que o mundo contemporâneo assume na busca da conjugação da promoção dos interesses individuais e coletivos para a consolidação de uma sociedade dinâmica, multifacetada e de consenso.

Na oportunidade, os Organizadores prestam sua homenagem e agradecimento a todos que contribuíram para esta louvável iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) e, em especial, a todos os autores que participaram da presente coletânea de publicação, com destaque pelo comprometimento e seriedade demonstrados nas pesquisas realizadas e na elaboração dos textos de excelência.

Convida-se a uma leitura prazerosa dos pôsteres apresentados de forma dinâmica e comprometida com a formação de pensamento crítico, a possibilitar a construção de um Direito voltado à concretização de preceitos insculpidos no Estado Democrático Constitucional de Direito.

15 de novembro de 2021.

Professora Dra. Francielle Benini Agne Tybusch

Professora do Curso de Direito da Universidade Franciscana – UFN

fra_agne@hotmail.com

Professor Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas

Coordenador e Docente Permanente do PPGD e do PPGMCult da Universidade FUMEC e do Instituto Mineiro de Direito Processual (IMDP)

sergiohzf@fumec.br

Professor Dr. Valter Moura do Carmo

Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins/Esmat

vmcarmo86@gmail.com

O Direito à Proteção do Pantanal e o Controle das Queimadas

**Laura Ramalho Brodbeck
Rodrigo de Pinho Maia Filho**

Resumo

INTRODUÇÃO: O Pantanal é o menor bioma brasileiro, com uma área de 150 mil km² distribuída na região Centro-Oeste do país, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse ecossistema é uma zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e o Chaco, sendo considerado um dos grandes ecótonos da América do Sul e uma das maiores planícies inundáveis do mundo. A vasta biodiversidade é um elemento marcante do Pantanal, visto que é composta por espécies endêmicas dos biomas vizinhos.

Recentemente, a devastação desse bioma atingiu níveis impensáveis, causando grande preocupação ambiental. Em 2020, o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) registrou, aproximadamente, 16 mil focos de incêndio no Pantanal, o que representa um fracasso no controle e na preservação do ecossistema.

Segundo o decreto nº 2.661/1988, as queimadas controladas são permitidas em atividades agropastoris e florestais, contudo, os números apresentados expõem que o uso do fogo está desenfreado, indicando o não cumprimento do conteúdo previsto no decreto em questão e a possibilidade de responsabilização penal dos autores das queimadas ilegais.

PROBLEMA DE PESQUISA: A falta de eficácia da justiça interna, no que diz respeito à não responsabilização penal dos autores das queimadas descontroladas que ocorrem na região do Pantanal, é notória. Desde 2019, foram emitidos 3 decretos presidenciais que suspendem a prática das queimadas controladas por tempo determinado (decreto nº9.992, de 2019; decreto nº 10.424, de 2020; decreto nº 10.735, de 2021), mas o número de focos de incêndio permanece bastante elevado em relação aos anos anteriores. A partir disso, o problema objeto da investigação científica proposta é: como proteger devidamente o Pantanal da devastação contemporânea, principalmente do dano causado pelo fogo intencional?

OBJETIVO: O objetivo geral do trabalho é analisar os métodos aplicados para fiscalizar as queimadas controladas no Pantanal, a fim de evitar que os latifundiários e minifundiários prossigam devastando o Pantanal e desrespeitando a legislação ambiental brasileira. Também, trabalha-se a possibilidade de uma tutela internacional para o meio ambiente no Brasil, a fim de evitar a impunidade dos autores de grandes queimadas criminosas.

MÉTODO: A pesquisa que se propõe pertence à vertente metodológica jurídico-sociológica. No tocante ao tipo de investigação, foi escolhido, na classificação de Witker (1985) e Gustin

(2010), o tipo jurídico-projetivo. Em relação à técnica de pesquisa, foi escolhida a pesquisa teórica. O raciocínio desenvolvido no texto será predominantemente dialético.

RESULTADOS ALCANÇADOS: A partir do exposto, verifica-se que mesmo com a implementação de novos decretos o problema real está na carência de fiscalização feita pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que em 2020 contava com menos de 600 agentes de fiscalização, segundo relato de servidor à BBC News. Desta forma, é necessário que o Ministério do Ambiente direcione verbas para evitar as queimadas propositais no pantanal.

Também destaca-se a possibilidade de responsabilizar penalmente, em esfera internacional, os autores das queimadas ilegais. Nesse sentido, a inclusão do crime de ecocídio no Estatuto de Roma, ao lado dos outros 4 crimes internacionais que podem ser julgados pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), representa uma alternativa plausível para evitar a impunidade causada por falhas do sistema de justiça interno. Assim, a tutela jurídica internacional do meio ambiente pode garantir maior segurança ao ecossistema Pantanal.

Palavras-chave: Pantanal, Queimadas, Fiscalização, Responsabilização, Tribunal Penal Internacional

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://shortest.link/1475>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Decreto n ° 2.661 de 8 de julho de 1998. Dispõe sobre o emprego do fogo no território brasileiro. Disponível em: <https://shortest.link/17id>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Lei n° 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Lei de Crimes Ambientais. Disponível em: <https://shortest.link/146X>. Acesso em: 18 set. 2021.

MATIAS, Átila. "Pantanal"; Brasil Escola. Disponível em: <https://shortest.link/1476>. Acesso em: 19 set. 2021.

PANTANAL é o destino perfeito para quem gosta de natureza selvagem. Guia da semana 2017. Disponível em: <https://shortest.link/1477>. Acesso em: 18 set. 2021.

PROGRAMA queimadas, situação atual. Queimadas.dgi.inpe.br, 2021. Disponível em: <https://shortest.link/146U>. Acesso em: 18 set. 2021.

SHALDERS, André. Queimadas no Pantanal: multas do Ibama despencam apesar de recorde

de incêndios. BBC News Brasil, Brasília, 15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54159499>. Acesso em: 18 set. 2021.

VICENTE, João Paulo. Santuário da biodiversidade brasileira, Pantanal sofre com a ação humana. National Geographic. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/natgeo-ilustra/pantanal>. Acesso em: 18 de set. de 2021.